

Apresentação

ciência, tecnologia e governo da vida

Theophilos Rifiotis

Universidade Federal de Santa Catarina

Jean Segata

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O presente livro é resultante do *IV Seminário Mapeando Controvérsias Contemporâneas na Antropologia “ciência, tecnologias e governo da vida”*, realizado em 2017 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, numa parceria do GrupCiber (Grupo de Pesquisa em Ciberantropologia, da Universidade Federal de Santa Catarina) com o GEMMTE (Grupo de Estudos Multiespécie, Microbiopolítica e Tecnosocialidade, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Entre os dois grupos há uma longa e sólida parceria, consolidada concretamente em trajetórias de cooperação que confluem para uma agenda de pesquisa em permanente expansão. Essa parceria está vocacionada à criação de espaços plurais voltados e devotados ao mapeamento e ao debate de novas agendas e de experimentos etnográficos inovadores que atravessam questões emergentes no campo antropológico.

A série dos *Seminários Mapeando Controvérsias*, iniciada em 2013, tem contribuído para a difusão de trabalhos pioneiros e novos experimentos etnográficos envolvendo os debates sobre simetriação, hibridismo, distribuição de agência, redes sociotécnicas, multiespécies, tecnosocialidades, biossocialidades, os quais representam, por sua vez, um amplo e diversificado conjunto de desafios que, no nosso entender, configuram um campo de tensões aporéticas contemporâneas para a produção antropológica. Uma primeira publicação de resultados dos nossos Seminários foi o dossiê “Simetriação, Hibridismo e Agência na Antropologia”, publicado na Revista *Ilha* (volume 17, n. 2, 2015), organizado por Theophilos Rifiotis, Jean Segata e Oscar Calavia Saez. Um segundo desdobramento dos nossos Seminários foi a publicação dos trabalhos apresentados, em 2016, no *IV Seminário Mapeando Controvérsias Contemporâneas na Antropologia*, no formato de livro, sob os auspícios editoriais da Associação Brasileira de Antropologia, com apoio do CNPq, CAPES e FAPESC – esse livro, intitulado “Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura”, foi organizado por Jean Segata e Theophilos Rifiotis.

Com a publicação de *Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura* (2016), passamos a sistematizar a nossa *démarche* geral em termos de políticas etnográficas – isto é, eleições etnográficas que fundamentam os distintos modos de conduzir e produzir a etnografia. Trata-se de pensar os experimentos etnográficos e teóricos em permanente diálogo com questões que emergem de etnografias da Melanésia e da Amazônia, entre outras, e que inspiram diretamente a teoria antropológica, sobretudo no que se refere aos agentes, aos coletivos a serem considerados na análise, à agência, à busca permanente de simetria na relação entre distintos regimes de saberes, etc. Portanto, para nós, a expressão “políticas etnográficas” procura trazer para o centro dos debates as eleições que compõem o cotidiano do fazer antropológico, delimitando o campo do observável e dos relatos, e que se articulam para delimitar e fundamentar modos específicos de produzir a etnografia. Entendemos que as políticas etnográficas em curso se têm tornado cada vez mais objeto permanente de preocupação para os pesquisadores envolvidos, por exemplo, no estudo das relações entre humanos, animais, plantas, e no de redes sociotécnicas (como o ciberespaço e cibercultura).

A aspiração de publicação do presente livro é contribuir com esse vasto projeto de renovação da antropologia, explicitando mapeamentos de contravérsias em torno do governo da vida em diferentes situações etnográficas, no campo ecológico, na relação com animais, nas políticas de vigilância e controle epidêmico, nos estudos da ciência, nas redes sociotécnicas. Portanto, a publicação do presente livro representa para nós um passo fundamental para a consolidação de uma agenda de pesquisa em torno das políticas etnográficas em jogo no fazer antropológico contemporâneo. Uma antropologia em que o ser humano não está no centro do mundo social, com transformações importantes tanto nos objetos/temáticas de pesquisa quanto nos modos de realizar as pesquisas. Por essa razão, mantivemos no título da presente obra a menção às políticas etnográficas, explicitando o escopo geral de trabalhos que a compõem, com o título “ciência e tecnologias da vida”.

A presente obra é composta de seis capítulos, todos inscritos num esforço que os aproxima, para além da diversidade dos recortes temáticos e dos distintos referenciais teóricos. Rompendo com os debates epistemológicos, todos os trabalhos aqui publicados trazem uma marca comum: a problematização, a fricção ontológica, na feliz expressão cunhada por Frédéric Keck, Ursula Regehr e Saskia Walentowitz (2008, p. 35) na Introdução ao dossiê “Anthropologie: le tournant ontologique en Action”. Trata-se de um conjunto de trabalhos que operam, a partir de referências particulares, com o desdobramento das multiplicidades – as “políticas ontológicas”, de que falava John Law

(2014, p. 143) – e que mantêm, sem dúvida, forte relação com os trabalhos de Eduardo Viveiros de Castro, Marilyn Strathern, Isabelle Stengers e Bruno Latour, dentre outros autores que vêm contribuindo para esse grande projeto antropológico. Portanto, não se trata de uma simples reunião de trabalhos voltados a uma temática específica: nosso projeto editorial supõe que cada leitor, conforme seus interesses, possa encontrar, num ou noutro destes capítulos, cruzamentos com suas próprias pesquisas. Nesse sentido, o presente livro foi concebido com a ambição de servir a diferentes leitores – não exclusivamente do campo antropológico – que estejam interessados em dispor de um mapeamento plural das controvérsias contemporâneas na antropologia e, a partir daí, ampliar e aprofundar seus próprios argumentos e modos de fazer seus trabalhos etnográficos.

Iniciamos com o capítulo intitulado “A vida-fumaça dos montes”, de Francisco Pazzarelli, que nos traz uma reflexão sobre a cozinha entre os *huacheños* – uma comunidade que habita os montes do altiplano andino do departamento Tumbaya (Jujuy, Argentina) – e um programa de desenvolvimento em curso naquela região. A descrição apresentada nos remete a questões sobre as cozinhas, o calor do fogão à lenha e a fumaça que preenche as moradias, bem como a questões ecológicas ligadas ao uso intensivo da madeira para cozinhar e o aquecimento das casas face a uma escassez de lenha. O autor traz uma narrativa sobre a tentativa de implementar um programa de desenvolvimento visando atuar exatamente sobre a limitada disponibilidade de lenha na região. O esforço etnográfico aqui vai no sentido de mostrar como a escassez da biomassa – relacionada ao pastoreio e ao alegado uso indiscriminado dos “recursos naturais” – e os fogões tradicionais não estão em simples contradição, mas em modo de coexistência.

No relato etnográfico, Francisco Pazzarelli traz para o primeiro plano, através da análise do experimento de um projeto de introdução de fogões energeticamente mais econômicos, uma situação concreta de equivocação controlada, na célebre expressão de E.V. de Castro. A situação descrita traz um aparente paradoxo: tanto os *huacheños* quanto os técnicos concordam com o fato de que há uma “falta de lenha”, porém essa “falta” não remete a uma mesma compreensão da situação. A aparente coincidência de perspectivas instala uma controvérsia em torno da fumaça, a qual permite ao autor tematizar de modo original sobre o que poderia parecer simples resultado de uma oposição entre a população local e os técnicos do programa em questão. Assim, através da descrição de uma situação que poderia resultar de uma, digamos, falha de comunicação ou de um hiato cultural – ou, radicalmente, de uma incomensurabilidade de mundos –, a narrativa nos permite vislumbrar como operam

esses mundos – não como representações, mas como perspectivas que instituem mundos reais, sem a necessidade de escolher entre uma ou outra dessas possibilidades. Valorizando e concretizando a necessidade de um “pensamento mais devagar” (Stengers, 2005) e repetindo uma instrução que o autor recebeu no seu trabalho de campo, ele encerra o capítulo lembrando que é necessário entrar nas cozinhas, deixar as fumaças invadirem os olhos e esperar até que eles se acostumem.

No segundo capítulo, “Deslocando o gene: o DNA entre outras tecnologias de identificação familiar”, Claudia Fonseca busca inspiração nos estudos de ciência e tecnologia, para revisitar a hipótese de uma possível “genetização” da vida social causada pelo uso do teste de DNA em investigações judiciais de paternidade. Na construção do seu argumento, Fonseca considera a produção e os efeitos do teste no contexto, primeiro, da evolução de provas científicas de paternidade, segundo, do aprimoramento de práticas de governo que facilitam a “legibilidade” da população e, finalmente, do quadro afetivo e material de algumas famílias contemporâneas. Em *Deslocando o gene*, o percurso analítico construído por Fonseca nos leva a questionar as perspectivas que opõem o genético ao social e a valorizar as sutilezas contextuais dos mundos “locais”. Mais do que isso, o mergulho nos detalhes etnográficos sugere que são em grande medida os elementos mundanos da experiência cotidiana que medeiam o impacto das tecnologias globalizadas.

Na sequência, o capítulo, “Infraestruturas Globais, Práticas Locais: o *Aedes aegypti* e o digital”, de Jean Segata, traz uma análise das crises sanitárias relacionadas ao mosquito *Aedes aegypti* e suas relações com dispositivos tecnológicos da informação como elementos centrais para compreender as estratégias de governo de populações humanas e animais. O trabalho está fundamentado numa pesquisa etnográfica que acompanhou a implantação de uma nova metodologia de trabalho de equipes da área da saúde, baseada em tecnologias de georreferenciamento de zonas de risco, numa capital da região nordeste do Brasil. No seu relato, o autor mostra como mosquitos e pessoas têm suas vidas atravessadas, produzidas e governadas localmente por meio da presença cada vez mais ubíqua e pervasiva de infraestruturas globais, como aquelas da biologia, da química e, particularmente, das novas tecnologias digitais.

Ao analisar os mapas produzidos pelo georreferenciamento, o autor nos mostra a sua centralidade nas práticas dos agentes de saúde, assim como na definição de políticas públicas de intervenção. A análise mostra, de um lado, como as tecnologias de georreferenciamento, ao produzirem mapas de zonas de presença relativamente ao mosquito *Aedes aegypti*, criam “zonas de risco”; e, de outro, como as populações que habitam esses espaços são responsabilizadas

pela epidemia – a qual, por outra parte, aponta a falta de infraestrutura de saneamento no município. Os dispositivos sociotécnicos mobilizados pelos agentes de saúde e responsáveis governamentais para mapear “zonas de risco” tornam-se catalisadores das relações entre humanos, mosquitos e seus ambientes, bem como as definem e as instituem.

Em “Os antropólogos e a domesticação: derivações e ressurgências de um conceito”, Carlos Emanuel Sautchuk discute as controvérsias em torno da noção de domesticação na antropologia contemporânea. O texto traça um percurso teórico das três últimas décadas, cartografando os fundamentos da reflexão em torno da domesticação. Partindo da análise dos sentidos dados àquela noção na obra de dois dos principais antropólogos que colocaram em evidência sólidos argumentos da crise da dicotomia entre natureza e cultura – nomeadamente Philippe Descola e Tim Ingold –, o autor nos permite visualizar um duplo movimento: a busca pela reafirmação da pertinência do termo, instituindo-o como questão relevante para a antropologia; e, ao mesmo tempo, o esgarçamento do seu campo semântico frente à complexidade dos experimentos etnográficos.

Na própria obra de Tim Ingold, seria possível vislumbrar um conjunto de variações que a noção de domesticação pode experimentar: num primeiro momento, como uma ferramenta para uma aproximação das relações interespecíficas entre humanos e renas; em outro, como um modo de reposicionar a relação entre humanos e animais no plano da evolução; ou, ainda, repensada no âmbito de uma crítica à sociedade industrial; e, mais recentemente, um conceito dissipado pela ideia de uma onipresença da vida. Retomando outros autores, o trabalho nos leva a pensar a ideia da domesticação com um ponto de inflexão na forma de abordar esses temas em campo, levando o etnógrafo a recolocar o sentido do humano em discussão.

O capítulo seguinte, de Iara Maria de Almeida Souza e Míriam Cristina Rabelo, intitulado “Agência: para além da oposição entre atividade e passividade”, traz uma reflexão sobre o conceito-chave de agência e especialmente da agência distribuída, num cruzamento de campos de pesquisa. As autoras trazem uma problematização específica, qual seja, a agência em contraste com a “passividade”. Cada uma das autoras trata a questão evocando sua experiência etnográfica: Iara Maria de Almeida Souza, no campo dos estudos antropológicos da ciência, num biotério; e Míriam Cristina Rabelo, no campo dos estudos das religiões de possessão, especificamente o candomblé. Em paralelo, essas duas entradas em campo possibilitam uma ampliação da noção de agência e uma problematização da noção de humano e sua centralidade descritiva.

O texto parte de uma argumentação sobre a experiência da iniciação no candomblé e como ela poderia ser lida como “entrega” e sujeição. A *iaô*, nesse processo, está como despojada de vontade própria: a divindade que ela recebe domina/ocupa o seu corpo e lhe exige oferendas; a própria possessão depende da mãe de santo – que ativa a relação entre a *iaô* e o orixá – e até mesmo da própria comunidade do terreiro. Essa experiência é tratada pelas autoras como um “desagenciamento”, mostrando uma distribuição da agência que é fundamental no processo iniciático. Na pesquisa no biotério, ao descrever as práticas científicas com modelos experimentais com animais, elas observam como técnicos que manejam os animais elaboram modos de lidar com eles e descobrem neles disposições de aprendizado face às situações que lhes são apresentadas. Os animais que servem aos experimentos não são, portanto, meros agentes passivos, mas se colocam como agentes no sentido pleno do termo de sua participação nas experiências do laboratório. Em resumo, o capítulo faz uma aproximação das duas experiências com base nas proposições de Isabelle Stengers sobre a agência ligada ao conceito de prática – nesse caso, a agência congrega participantes, que se definem pelo estar-junto na participação. Trata-se, portanto, de uma argumentação sobre a agência como circulante e concretamente mobilizada na ação, não podendo ser definida como atributo nem simples resultado de posições ativas e passivas predefinidas.

Fabíola Rohden traz, em “Considerações teórico-metodológicas sobre objetos instáveis e ausências presentes: analisando processos de materialização do desejo feminino”, uma vontade de saber sobre controvérsias no campo científico ligadas ao gênero, demonstrando o modo como elas o instituem, especialmente a partir da noção de “desejo feminino”. A partir de pesquisa com mulheres que realizam tratamentos hormonais e com profissionais do campo médico, a autora procura refletir sobre o lugar dos hormônios – principalmente os chamados “hormônios sexuais” – nas suas funções na fisiologia humana e sobre seus desdobramentos, situando-os, para além de elementos químicos, como metáforas ou mensageiros que formam e informam sobre sexualidade e moralidades, fundamentais na constituição do gênero.

Concretamente, o capítulo está baseado em pesquisa realizada em uma grande cidade da região sul do Brasil junto a usuárias de tratamentos hormonais e profissionais do campo biomédico, especialmente da ginecologia, que estão dedicadas/os ao tratamento de “problemas” relativos à sexualidade feminina. O trabalho permite colocar em evidência a precariedade da associação, arraigada no campo biomédico, entre testosterona e desejo. Trazendo, portanto, um desenho das controvérsias sobre a explicação de ordem estritamente biológica, o trabalho contribui para a compreensão sobre como operam

noções e práticas da biomedicina e seus atravessamentos por elementos bioquímicos, morais e políticos.

O último capítulo do livro é intitulado “Javalis no pampa: invasões biológicas, abigeato e transformações da paisagem na fronteira brasileiro-uruguaia”. De autoria de Caetano Sordi e Bernardo Lewgoy, ele nos permite refletir criticamente sobre a controvérsia envolvendo de um lado ativistas da causa animal e de outro os interesses do agronegócio (definidos em termos de luta contra a “praga do javali”) – aos quais se somam os defensores da “desburocratização do registro de armas” – face à instrução normativa de 2013 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que liberou, em todo o país e por tempo indeterminado, a captura e o abate de “javalis asselvajados europeus” (*Sus scrofa*) e seus cruzamentos com porcos domésticos. A instrução normativa em questão representa um ponto de inflexão que se configura concretamente numa polaridade entre a espécie a ser defendida e o animal assimilado ao ladrão de gado – assimilação essa que “equaliza o furto à predação”.

Os autores apresentam um rico material de campo e um vasto levantamento histórico e biológico através do qual se torna visível a complexa rede entre o conhecimento científico sobre o bioma da região dos Pampas, a migração espontânea e contrabando de animais, que se somam à histórica permeabilidade da fronteira brasileiro-uruguaia, contribuindo de forma decisiva para o aumento da população de javalis na região. A análise avança mostrando como a esses elementos vieram somar-se ainda mudanças no ambiente dos Pampas e a forte seca registrada em final dos anos 1980 como agentes de migração, digamos, espontânea daqueles animais. Eles lembram que tal quadro se configura também como uma questão de abigeato (roubo de gado) e de contrabando que marca as relações na região da fronteira. O capítulo discute igualmente como esse complexo conjunto de questões está atravessado também por mudanças no agronegócio na região dos Pampas, como o declínio da criação extensiva de gado, a expansão dos monocultivos florestais (eucalipto australiano) e a disseminação da gramínea sul-africana (*Eragrostis plana* Nees) – introduzida na década de 1970 na região –, visando justamente ampliar a produtividade agropecuária. Enfim, a leitura nos revela, assim, a complexidade da rede tecida que constitui o ponto central da controvérsia sobre os chamados “javalis asselvajados europeus” e seus cruzamentos com porcos domésticos, também conhecidos como “javaporcos”, na região dos Pampas.